

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.858 - SP (2019/0136396-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LIMEIRA
PROCURADOR : RICHARD PAES LYRA JUNIOR - SP253452
AGRAVADO : GREVILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : VALMIR LOPES TEIXEIRA MARTINS - SP143786
KATHERINE CHIAVONE LUCATO - SP272924

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE LIMEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO AÇÃO ANULATÓRIA c/c REPETIÇÃO DE INDÉBITO ITBI Discussão acerca da correta base de cálculo do imposto - Insurgência da Municipalidade contra a determinação de anulação dos lançamentos fiscais, com a consequente condenação à restituição das quantias pagas a maior referentes aos últimos cinco anos que antecederam à propositura da ação Descabimento Base de cálculo do ITBI que deve se ater à determinação constante do art. 38 do CTN Critério utilizado pela Lei Complementar Municipal 490/2009 que desrespeita os parâmetros da legislação federal referida e possui caráter confiscatório Manutenção da r. sentença de primeiro grau que se impõe Recurso desprovido.

Alega violação do art. 85, §§ 2º e 11, no que concerne ao valor fixado a título de honorários, trazendo o seguinte argumento:

Cediço que o Código de Processo Civil, em vigor desde 2015, autoriza a majoração dos honorários advocatícios em segunda instância, nos termos do §11 do artigo 85, do mesmo diploma legal. Inobstante, deve-se obtemperar que o mesmo dispositivo condiciona a majoração à observância do § 2º do mesmo dispositivo, cujo dispor pede-se venia para transcrever:

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Uma vez compulsados os termos estabelecidos na legislação federal, destaca-se que, *in casu*, a necessária proporcionalidade, razoabilidade e os requisitos disciplinados no §§ 2º do artigo 85, do Código de Processo Civil não foram observados. Considerando o valor atribuído à causa (R\$ 444.292,12), o interstício entre o ajuizamento da demanda e o julgado em 2º instância (aproximadamente 2 anos), inegável admitir que a majoração determinada pelo E. Tribunal de Justiça não observou o disposto nos §§ 2º e 11º do artigo 85, do Código de Processo Civil.

Da atenta leitura do dispositivo em comento, tem-se que a fixação dos honorários advocatícios deve observar os critérios definidos nos incisos que compõem o §2º do artigo 85 do NCPC, devendo guardar necessária razoabilidade, proporcionalidade e atendimento aos requisitos nele expressos. Com efeito, é certo que a fixação dos honorários deve observar os critérios que guardem correspondência com o encargo ostentado pelo advogado, sob pena de violação do princípio da justa remuneração do trabalho profissional, bem como a natureza alimentar da verba. Todavia, também não se pode admitir condenações exorbitantes, que desprezem o grau de zelo profissional, o lugar em que fora prestado o serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido no decorrer de sua prestação (fls. 268/269).

É o relatório. Decido.

Não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os

honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

